

# A DESMINAGEM HUMANITÁRIA COMO INSTRUMENTO POLÍTICO DA DIPLOMACIA BRASILEIRA

## HUMANITARIAN DEMINING AS A POLITICAL INSTRUMENT OF BRAZILIAN DIPLOMACY

MARCELO FLORENTINO BORLINA<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo destacar a importância da Desminagem Humanitária (DH) para o Brasil, apresentando o problema mundial das minas com destaque para o entorno estratégico brasileiro e os seus reflexos para a política externa (PEB) e para a defesa nacional (PND). Esse é um tema de extrema relevância para os estudos da defesa, pois as minas terrestres prejudicam a estabilização e o desenvolvimento dos países afetados, mesmo após décadas dos fins dos conflitos, vitimando principalmente civis e trazendo à tona diversas questões que envolvem a participação brasileira e a importância da DH como instrumento político de cooperação. O Brasil participou de programas de desminagem desenvolvidos na América Central e na África e vem participando na América do Sul. Apesar de haver indícios da necessidade de maior discussão no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) mesmo com a gravidade do problema na Colômbia, a inclusão do tema na pauta da CPLP e na cooperação relativa à ZOPACAS pode ainda representar uma nova forma de estender as ações de desminagem apoiadas pelo Brasil a países da África. Além do campo político, vários aspectos são abordados no campo militar e seus reflexos para a defesa nacional. A maior capacidade de tropas aptas em trabalhos de DH e a sua relação com a desminagem em combate serão abordados neste trabalho. Ademais, o possível emprego “dual” dos materiais e equipamentos de DH pode potencializar o desenvolvimento e a utilização de tecnologias advindas da pesquisa tecnológica para maior modernização e capacitação das Forças Armadas, além de incentivar o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa. Portanto, a DH é estudada focando sua importância política-estratégica ao Brasil e o que pode representar aos processos de integração que se desenvolvem no continente americano e no seu entorno.

**Palavras-chave:** Desminagem Humanitária. Diplomacia. Política Externa.

### ABSTRACT

This paper aims to highlight the importance of Humanitarian Demining (HD) for Brazil, within the global problem of landmines especially for the Brazilian strategic planning and its impact on foreign policy (PEB) and the National Defense (PND). This is a critical topic for studies of defense, since landmines affect the stabilization and development of countries. Even after decades of conflict, mines continue to victimize mostly civilians. This topic addresses various issues surrounding Brazilian participation and the importance of HD as political instrument of cooperation. Brazil has participated in demining programs developed in South America, Central America and Africa. Despite the evidence of the necessity for further discussion within the Council of the South American Defense (CDS) even with the severity of the problem in Colombia, the inclusion of the item on the agenda of the CPLP and cooperation on the ZOPACAS may also represent a new way to continue the discussion supported by Brazil involving the countries of Africa. In addition to the political field, several issues are addressed in the military field and its consequences for national defense. In this work I will discuss the troop's capability to conduct HD and its relationship with demining in combat environment. Moreover, the possible “dual” employment of HD materials and equipment may boost the development and use of technologies arising from technological research to further modernize the training of the Armed Forces, as well as encouraging the development of the Defense Industrial Base. Therefore, the HD is studied focusing on its political-strategic importance to Brazil and connect with the integration processes taking place on the American continent and its surroundings.

**Keywords:** Humanitarian Demining. Diplomacy. Foreign Policy.

<sup>1</sup> Comando da 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira (Cmnd 18 Bda Inf Fron)  
Corumbá-MS, Brasil.  
E-mail: <mborlina@hotmail.com>  
Mestre em Operações Militares (ESAO)

## I INTRODUÇÃO

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), todos os anos, as minas terrestres matam milhares de pessoas - a maioria delas crianças, mulheres e idosos - e mutilam severamente incontáveis vítimas. Espalhados em cerca de 59 países, os campos de mina são um lembrete constante de conflitos que ocorreram no passado, não perdendo seus efeitos por um cessar-fogo ou paz (NAÇÕES UNIDAS, 2013).

A presença de minas tornou impraticável a utilização econômica das áreas afetadas, pois cerca de 80% das vítimas são civis. Em consequência, importantes faixas territoriais, instalações e localidades que foram minadas com o objetivo de impedir sua utilização estão inacessíveis pela população e pelo próprio governo constituído, restringindo ainda mais o desenvolvimento econômico e social dos países afetados (WALSH; WALSH, 2003).

No início dos anos 1990, perante tais impactos humanitários, seis organizações não governamentais (ONG) sediadas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos iniciaram a Campanha Internacional pelo Banimento das Minas Terrestres (ICBL) e, com o sucesso desta, em 1997, foi criado um acordo internacional específico para o tema: o Tratado de Proibição de Minas (TPM), "Tratado de Ottawa", pelo qual as minas terrestres antipessoal (AP)<sup>2</sup> ficavam definitivamente banidas. Nesse mesmo período, após o fim dos conflitos ocorridos na América Central, foram criados programas internacionais de desminagem mediante a organização de esforços de governos nacionais, da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Junta Interamericana de Defesa (JID), como da Missão de Assistência à Remoção de Minas na América Central (MARMINCA) (TIBÚRCIO; MORAES, 2011).

Dessa forma, a comunidade internacional tem concentrado esforços com o objetivo de apoiar os países que convivem diariamente com o problema das minas em seu território, ajudando-os a tornarem-se livres dos riscos proporcionados pelas minas terrestres. Atualmente, cerca de 14 agências da ONU, programas, departamentos e fundos tratam deste tema relacionado com as minas. O Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DPKO) da ONU, por meio do Serviço Relativo à Ação de Minas (UNMAS), desempenha um papel fundamental neste trabalho que abrange a busca e a destruição das minas, o apoio às vítimas e a sensibilização das pessoas nas áreas afetadas (NAÇÕES UNIDAS, 2013).

Nesse contexto, o Brasil assinou o TPM, tornando-se um Estado-Parte em 01 de outubro de 1999, além de ter deixado de produzir e exportar minas antipessoal desde 1989. O Brasil participa da Convenção sobre Armas Convencionais (CCW) e do seu Protocolo Emendado II sobre minas terrestres. Em 2011, participou do Comite Permanente Intersessional em Genebra e

2 De acordo com o TPM, as Minas AP são colocadas no solo ou próximas dele e são concebidas para explodirem pela presença, proximidade ou contato de uma pessoa para incapacitar, ferir ou matar uma ou mais pessoas.

apresentou seu décimo segundo relatório do Artigo 7 do Tratado de Proibição de Minas, em que declarou a sua intenção de manter minas para treinamento até 2019 (INTERNATIONAL..., 2011).

Ciente das questões acima descritas, o Brasil tem participado ativamente, por intermédio de suas Forças Armadas, nos programas de desminagem que são desenvolvidos pelos organismos internacionais (BRANCALIONE, 2008). A presença internacional brasileira tem sido importante, destacando-se as ações no âmbito da Missão de Assistência à Remoção de Minas na América do Sul (MARMINAS) (Equador e Peru) e da MARMINCA (Honduras, Nicarágua, Guatemala e Costa Rica). No período 1994-2003, dos 170 oficiais integrantes da MARMINCA, 101 eram brasileiros (quase 60% do total) e, nesse mesmo período, a missão foi comandada quatro vezes por um oficial brasileiro (INTERNATIONAL..., 2004). O Brasil também já havia apoiado processos de desminagem em Angola no período 1995-1997 (INTERNATIONAL..., 2004). Além disso, a partir de 2006, vem participando do Grupo de Monitores Interamericanos (GMI) da Missão de Assistência da OEA ao Plano Nacional de Desminagem na Colômbia (BRASIL, 2013).

Além do aporte de pessoal, o governo brasileiro envolveu-se financeiramente no suporte da MARMINCA, em que, até maio de 2002, o Brasil havia despendido US\$ 4 milhões e doado cerca de US\$ 300 mil para a OEA para a realização de ações contra minas na América Central (BRASIL, 2002, p. 2; INTERNATIONAL..., 2004). Mais recentemente, em 2011, após a evidência de terem sido encontradas minas de suposta fabricação brasileira na Líbia (INTERNATIONAL..., 2011), o Brasil doou ao país US\$ 100 mil em 2012 através do UNMAS (INTERNATIONAL..., 2013).

Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo destacar a importância da Desminagem Humanitária (DH) para o Brasil, apresentando o problema mundial das minas com destaque para o entorno estratégico brasileiro e os seus reflexos para a política externa (PEB) e para a defesa nacional (PND).

Esse tema é de extrema relevância para os estudos da defesa, pois as minas terrestres afetam a estabilização e o desenvolvimento, além disso, ele traz à tona diversas questões que envolvem a participação brasileira, oferecendo uma ampla e genérica noção da importância da DH como instrumento político de cooperação.

Para isso, a metodologia da pesquisa empregada, segundo Vergara (2008), foi descritiva, explicativa, bibliográfica e documental, limitando-se a abordar a DH nos assuntos da política externa e da defesa.

## 2 O PROBLEMA MUNDIAL DAS MINAS TERRESTRES

As minas terrestres, tanto as AP como as

anticarro (AC)<sup>3</sup>, foram desenvolvidas para uso militar, no entanto, causam impacto profundo sobre as pessoas comuns e às suas comunidades. Muito após o término do conflito, a presença de minas e de engenhos falhados (UXO)<sup>4</sup> continua a matar e mutilar, muitas vezes tornando impossível para refugiados e deslocados voltarem para suas casas, prolongando o sofrimento de todos nas áreas afetadas (THE GENEVA..., 2014).

Para os indivíduos e as comunidades, muitos dos quais vivem na pobreza e insegurança, o impacto das minas terrestres não é só físico, é também psicológico, social e econômico (THE GENEVA..., 2014).

O problema das minas no entorno geopolítico brasileiro imediato que, de acordo com o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN) (BRASIL, 2012b), é constituído pela América do Sul, pelo Atlântico Sul e pela costa ocidental da África, não pode ser descartado.

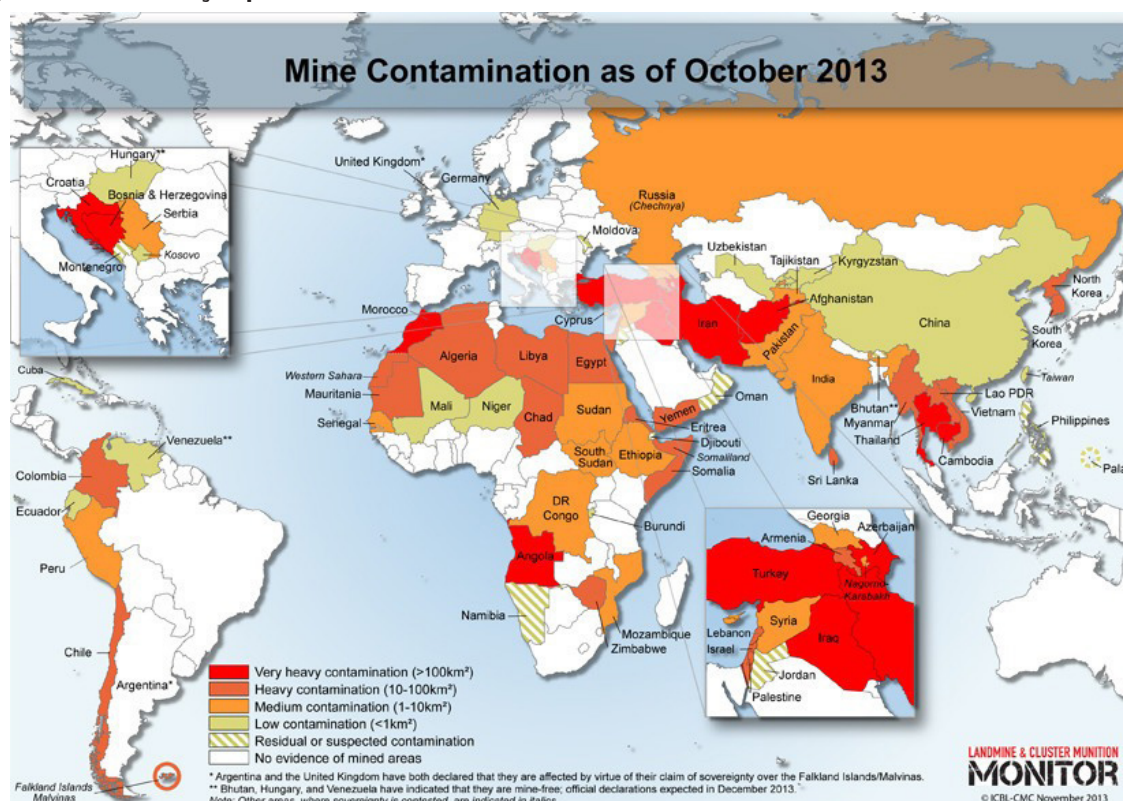
No mundo, 59 Estados foram confirmados afetados pelas minas e 8 Estados com áreas minadas suspeitas ou com resíduos de minas (INTERNATIONAL..., 2013). Entre eles, podemos citar, na América, o Chile, a Colômbia com grande contaminação, Cuba, Equador, Peru, Venezuela e Argentina (Ilhas Malvinas). Na África, podemos citar a Angola e Marrocos, ambos com altíssima

contaminação, o Chade, a República Democrática do Congo, a Eritreia, a Etiópia, o Mali, a Mauritânia, o Moçambique, o Níger, o Senegal, a Somália, o Sudão e Sudão do Sul, o Egito, a Argélia, a Líbia, o Saara Ocidental e o Zimbábue (Fig 01).

Segundo a International Campaign to ban landmines (2012), a Argentina, por exemplo, é afetada pelas minas em virtude de sua reivindicação da soberania sobre as Ilhas Malvinas / Falkland Islands. As ilhas foram minadas, principalmente pela Argentina, durante o seu conflito armado com o Reino Unido em 1982. Um estudo identificou 117 áreas minadas cobrindo 13.15 km<sup>2</sup>, o que representa aproximadamente 0,1% da área na Malvinas / Falkland Islands. A Argentina tem um Gabinete de Desminagem Humanitária no âmbito do Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e um Centro de Treinamento de Desminagem Humanitária (Centro de Entrenamiento de Desminado Humanitário).

O Chile é afetado por minas AP, AC e, num grau muito limitado, por restos explosivos de guerra (ERW)<sup>5</sup>, que podem incluir restos de munições cluster. As minas foram todas colocadas nas fronteiras do Chile com a Argentina, Bolívia e Peru durante o regime de Pinochet nos anos de 1970. As áreas minadas são geralmente de

Figura 1. Contaminação por Minas em outubro de 2013.



Fonte: International Campaign to Ban Landmines (2013).

<sup>3</sup> De acordo com o TPM, as Minas AC são concebidas para explodirem pela presença, proximidade ou contato de um veículo.

<sup>4</sup> UXO (unexploded ordnance) ou engenho falhado refere-se à munição que deveria ter sido explodida e por alguma razão a detonação falhou ou não explodiu suas submunições.

<sup>5</sup> ERW (Explosive Remnants of War), conforme o protocolo V do CCW, são definidos como os UXO/engenhos falhados e os dispositivos explosivos abandonados. Minas são excluídas dessa definição.

difícil acesso e, principalmente, em regiões despovoadas. Intempéries, terrenos difíceis, e as longas distâncias para acessar as áreas minadas com pessoal e equipamentos são os principais desafios que o Chile enfrenta.

As Minas e os ERW no Peru são resultado tanto do conflito armado interno quanto da guerra de fronteira com o Equador na década de 1990. A primeira ameaça está localizada na Cordilheira do Condor na bacia amazônica escassamente povoada, onde, em 1995, as minas antipessoais foram colocadas ao longo da fronteira durante um conflito armado com o Equador. O segundo problema com minas foi localizado no centro do Peru, onde, na década de 1980, as minas foram colocadas para proteger a infraestrutura contra ataques de grupos armados não estatais. Além desses dois problemas distintos com minas, um terceiro surgiu em 2012, pois as minas colocadas pelo Chile perto da fronteira com o Peru, na década de 1970, se deslocaram pelas fortes chuvas em fevereiro de 2012 causando o fechamento da estrada perto da fronteira.

As minas improvisadas também podem ser uma ameaça ao Peru. Em abril de 2012, dois policiais ficaram feridos depois de pisar em Dispositivo Explosivo Improvisado (IED)<sup>6</sup>. Os policiais ficaram feridos quando eles estavam à procura de reféns do Sendero Luminoso, um grupo de combate armado não estatal contra o governo. Em 2009, em discurso à Assembleia Geral da ONU, o representante do Peru afirmou que este país estava lutando contra o Sendero Luminoso em áreas rurais e que o grupo armado usava explosivos e armadilhas para proteger as colheitas de coca. Além disso, armadilhas caseiras estavam afetando o programa do governo de erradicação da coca.

Ainda no Peru, a autoridade nacional de ação contra as minas é o Conselho Executivo CONTRAMINAS. A OEA tem ajudado o país na desminagem desde 2001. Em 2003, foi criada a MARMINAS para apoiar a desminagem no Equador e Peru, fornecendo assessoria técnica e observadores.

Esse mesmo trabalho é realizado no Equador, pois cinco províncias do sul continuam contaminadas com minas antipessoal e, em menor medida, minas AC e UXO, resultantes do conflito com o Peru em 1995. A área mais minada da fronteira é a Cordilheira do Condor, local do conflito.

Na Colômbia, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) continuaram a utilizar minas AP e IED em bases regulares. Normalmente, as guerrilhas colombianas colocam minas perto de seus acampamentos, em caminhos que levam a áreas de importância estratégica (como as suas bases ou as principais rotas de trânsito) e para proteger depósitos de explosivos, armas, medicamentos e vestuário. Em 2012, as FARC foram acusadas de colocar

<sup>6</sup> IED (Improvised Explosive Device) são dispositivos colocados ou produzidos de forma improvisada incorporando explosivos ou substâncias químicas nocivas. Um IED pode ser ativado pela vítima ou detonado por comando. Ressalta-se que o TPM proíbe os IED ativados pela vítima, entretanto, os IED detonados por comando não são abrangidos pelo tratado.

minas perto de infraestruturas destruídas para retardar sua reconstrução. Além disso, colocam minas AP em proximidades de campos de coca para evitar os esforços de erradicação.

Essa situação complexa causa substancial impacto humanitário resultante das minas AP, dos IED e dos UXO encontrados em antigas zonas de batalha, locais de bombardeio, rotas de drogas e áreas onde o governo está tentando destruir plantações de coca. A contaminação de ERW no terreno também é resultado de munição abandonada em áreas ilegais de armazenamento ou em locais de confrontos entre guerrilhas e as forças armadas colombianas. A OEA, em um acordo com o governo, atua como órgão de monitoramento de desminagem humanitária na Colômbia.

Na Venezuela, a contaminação de minas é o resultado da colocação por suas forças armadas em seis bases navais nas proximidades do Rio Arauca na região amazônica ao longo de sua fronteira com a Colômbia em 1995-1997.

Após esse rápido enfoque nos países vizinhos, constata-se que o problema das minas está presente no entorno estratégico brasileiro mesmo sem falar dessa gravidade na África. O problema mundial das minas é tão acentuado que um total de 4.286 novas vítimas de minas terrestres e UXO foram registradas em 2011, isto é, cerca de 11-12 mortes por dia. Apesar do número de vítimas ter diminuído em 2012, um total registrado de 3.628 vítimas, um grande número de acidentes não é registrado em muitos Estados e regiões, portanto o número de vítimas é provavelmente mais elevado. Países que regularmente registram o maior número de vítimas nos últimos 14 anos são Afeganistão, Camboja e Colômbia (INTERNATIONAL, 2013).

Ainda segundo a International Campaign to ban landmines (2013), apesar de a produção de minas AP ter diminuído e não ter havido transferências registradas, o aparecimento abrupto de minas no Sudão e no Iêmen indica que, de alguma forma, o mercado e comércio de minas AP ainda existe. A produção ativa de minas AP continua em apenas quatro países: Índia, Myanmar, Paquistão e Coreia do Sul.

Em 2013, o TPM possuía 161 Estados-Partes e 1 signatário (INTERNATIONAL..., 2013). A sua principal fraqueza é a ausência de países com grande capacidade de influenciar as dinâmicas da segurança internacional, como Estados Unidos, Rússia, China e Índia.

Além disso, doze Estados são identificados como potencial produtor de minas AP: China, Cuba, Índia, Irã, Myanmar, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Paquistão, Rússia, Cingapura, EUA e Vietnã (INTERNATIONAL..., 2013).

Portanto, os desafios e os riscos permanecem. Os recentes conflitos armados expõem populações e terras às ameaças das minas, dos ERW e dos IED. Além dos custos humanos e dos significativos impactos humanitários, esses riscos dificultam ainda mais as perspectivas da nação para uma maior recuperação sócio-econômica.

### 3 A DESMINAGEM HUMANITÁRIA

#### 3.1 Importância para a Estabilização e para o Desenvolvimento

A importância da desminagem<sup>7</sup> para a estabilização e para o desenvolvimento são evidentes devido ao grave problema mundial das minas. É tão importante que, atualmente, cerca de 14 agências da ONU, programas, departamentos e fundos desempenham algum papel em programas de remoção de minas em 30 países e 3 territórios. Grande parte dos trabalhos de desminagem e de sensibilização é realizada por Organizações Não Governamentais (ONG), além de militares e empresas comerciais (NAÇÕES UNIDAS, 2012), envolvendo cerca de US\$ 681 milhões em recursos para a ação contra as minas em 2012 (INTERNATIONAL, 2013).

A ação contra minas diz respeito às atividades que visam a reduzir as repercussões econômicas, sociais e ambientais das minas e dos ERW. Não se refere apenas à desminagem, mas a todas as medidas necessárias à redução dos riscos provocados pelas minas terrestres e pelos ERW para que as populações possam viver em segurança e efetuar o progresso econômico, social e

sanitário, além de atender as necessidades básicas das vítimas. De um modo geral, compreende a educação contra os riscos das minas, a DH, a assistência às vítimas, a destruição de estoques e o apoio à luta contra o emprego das minas AP (THE GENEVA..., 2014).

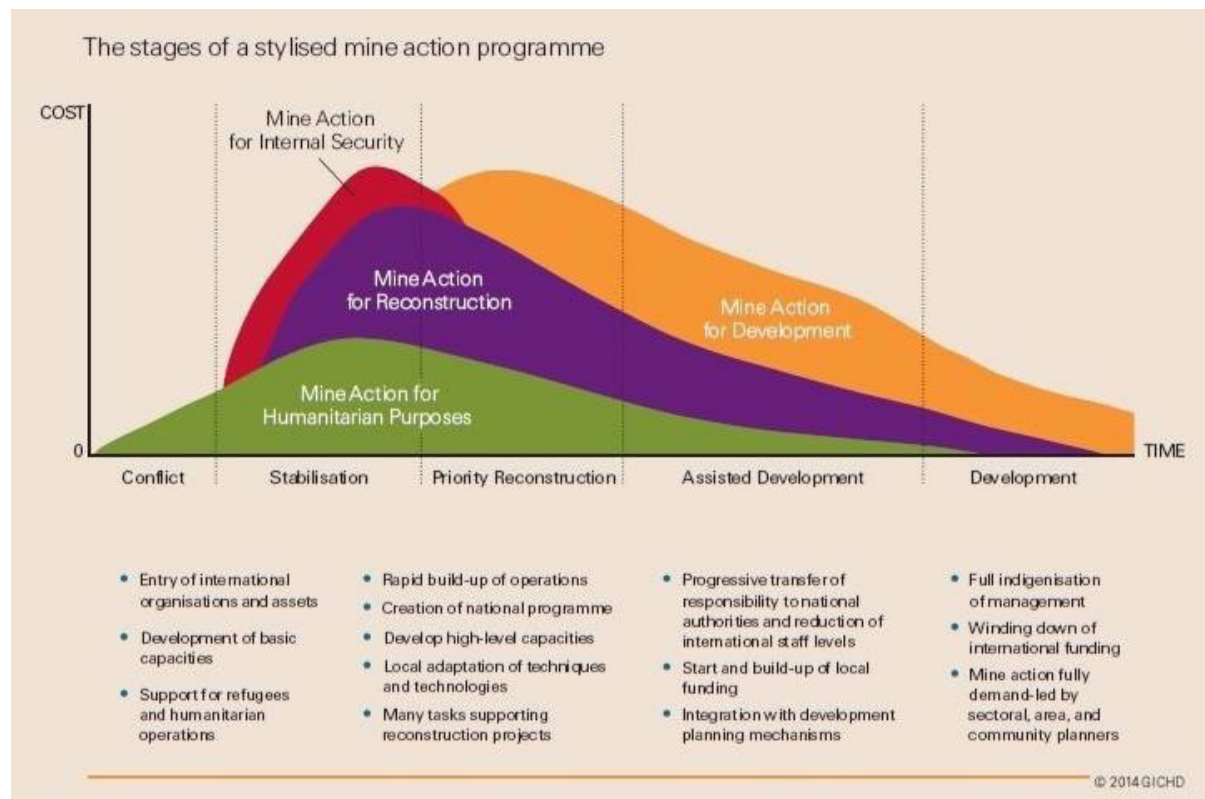
Dessa forma, a ação contra as minas requer planejamento de gestão em nível global, nacional e local e envolve interesses internacionais, nacionais, comerciais, ONG e militares operando sob condições variadas (INTERNATIONAL..., 2003).

A ONU destaca a necessidade do trabalho coletivo de ação contra minas em todo o espectro da paz e da segurança, dos direitos humanos, dos trabalhos humanitários e das demandas para o desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS, 2013) (Fig 02).

A ação contra as minas continua a ser um componente essencial do trabalho das Nações Unidas, pois é relevante em todas as áreas da paz e segurança, dos direitos humanos, humanitárias e de desenvolvimento. A natureza multi-dimensional da ação contra as minas é destacada na Estratégia da Organização das Nações Unidas sobre Ação contra Minas 2013-2018 (NAÇÕES UNIDAS, 2012).

No entanto, desafios significativos permanecem. A comunidade internacional continua a lutar para a

Figura 2. Etapas de um programa de ação contra as minas.



Fonte: The Geneva International Centre for Humanitarian Demining, 2014.

<sup>7</sup> A desminagem é um conjunto de atividades que levam à remoção de minas e de perigosos ERW, incluindo o levantamento, mapeamento, remoção, demarcação e a entrega da área limpa.

remoção de milhões de minas que ameaçam vastas áreas de muitos países, causando sérios problemas econômicos em regiões e comunidades, além de fragilizar acordos de paz e esforços de reconciliação nas tentativas políticas para estabelecer uma paz duradoura (INTERNATIONAL..., 2003).

Ainda, segundo a International Mine Action Standards (2003), há necessidade de um maior compromisso financeiro, criação de mais organizações de desminagem internacional e ajuda no estabelecimento da capacidade de desminagem em países afetados.

Todas essas ações da Comunidade Internacional para a ação integral contra as minas visam fazer as pessoas se sentirem seguras novamente. A DH é importante componente na redução do impacto ocasionado pelas minas, contribuindo para a segurança humana<sup>8</sup> de viver livre da ameaça das minas terrestres, de grande importância para a estabilização e para o desenvolvimento dos países afetados.

## 3.2 A Importância para a Política Externa Brasileira e o Papel do Brasil

### 3.2.1 A Política Externa no Apoio à Paz Mundial

Atualmente, os Estados se interessam por temas internacionais desprezados ou inexistentes no passado. A importância das trocas comerciais, a captação de recursos financeiros estrangeiros, a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente, a cooperação técnica internacional (saúde pública, trabalho, comunicações, propriedade intelectual, migrações, agricultura e desarmamento) e a política de difusão cultural agregam-se às preocupações internacionais tradicionais como a segurança, a manutenção da paz e a busca do prestígio e o exercício da influência (SEINTENFUS, 2003).

Na concepção de Nye Junior, as estratégias mais eficazes da política externa de hoje exigem uma combinação de recursos de hard power e soft power, conhecida como a estratégia de smart power (NYE JUNIOR, 2009). Esse termo é definido pelo Center for Strategic and International Studies (CSIS) como “uma aproximação que ressalta a necessidade de um exército forte, mas que também investe fortemente em alianças, parcerias e instituições de todos os níveis para expandir a influência e a legitimidade das ações” (CENTER..., 2007). Esse poder de barganha nacional, segundo Alsina Júnior (2009a), seria intensificado se a nação contasse com a capacidade de participar ativamente de esforços de manutenção da paz em suas diversas modalidades. A participação em missões desse gênero contribui para o

aumento do soft power do País.

Dessa forma, o Brasil realiza a Política Externa respeitando o art. 4º da sua Constituição Federal (CF/88), que prega os princípios da defesa da paz, da solução pacífica dos conflitos, e da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Além disso, se esforça na integração econômica e política com seus vizinhos, promovendo cooperação em diversos campos do poder e buscando a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina (BRASIL, 1988).

Assim, há um esforço do País na integração econômica e política com seus vizinhos e com os países da América Central e do Caribe. A PEB é um subproduto da sua posição como potência regional na América Latina, um líder entre os países em desenvolvimento na cooperação econômica e nos esforços coletivos de segurança, e um centro emergente de influência global (MAYER, 2012).

Ressalta-se que o Brasil segue o previsto na Carta das Nações Unidas, assinada em 1945, em que proscreeu a guerra e estabeleceu mecanismo de segurança coletiva, atribuindo ao Conselho de Segurança da ONU (CSNU) a prerrogativa de decidir sobre a existência de ameaças à paz e à segurança internacionais e sobre os meios e modos para enfrentá-las.

Além do mais, é importante o Brasil considerar que a existência de zonas de instabilidade no entorno estratégico pode provocar o transbordamento de conflito para outros países da América do Sul, pois a segurança de um país é afetada pelo grau de estabilidade da região onde está inserido. Nessas condições, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), participa de operações de paz, sempre de acordo com os interesses nacionais, de forma a contribuir para a paz e a segurança internacionais (BRASIL, 2012c).

Desde 1948, o Brasil participou de mais de 30 operações de manutenção da paz, tendo cedido um total de mais de 32 mil homens. Integrou operações na África (entre outras, no Congo, Angola, Moçambique, Libéria, Uganda, Sudão), na América Latina e Caribe (El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Haiti), na Ásia (Camboja, Timor-Leste) e na Europa (Chipre, Croácia). Embora tenha enviado militares e policiais em diversos casos, apenas a seis operações o Brasil cedeu tropas, isto é, unidades militares formadas: Suez (UNEF I), Angola (UNAVEM III), Moçambique (ONUMOZ), Timor-Leste (UNTAET/UNMISSET), Haiti (MINUSTAH) e Líbano (UNIFIL – Força-Tarefa Marítima). Atualmente, o Brasil participa de oito operações de manutenção da paz com cerca de 1.700 militares e policiais desdobrados.

Dessa forma, a política externa e a paz estão inter-relacionadas, e, quanto maior a atuação do Brasil, maior será a maturidade da PEB. A adoção de uma estratégia de maior combinação de recursos de hard power e soft power intensifica a projeção do Brasil no concerto das nações e, de certa forma, favorece ao País a maior inserção em processos decisórios internacionais.

<sup>8</sup> A segurança humana é um paradigma emergente para a compreensão das vulnerabilidades globais cujos proponentes desafiam a noção tradicional de segurança nacional. A segurança humana sustenta que é necessária uma visão de segurança centrada no povo para a estabilidade nacional, regional e global.

### 3.2.2 O Respaldo e a Responsabilidade do Brasil em DH

A par de iniciativas diplomáticas de que o Brasil tem participado ativamente para a solução pacífica dos conflitos e diminuição de tensões, no continente americano ou fora dele, a expressão mais evidente da crescente importância daquele país na área da paz e da segurança tem sido sua participação em operações de manutenção da paz. Tais operações são um dos principais instrumentos à disposição da comunidade internacional para lidar com ameaças de conflito, bem como evitar que países em situações de pós-conflito vejam ressurgir a violência armada.

Como o nome sugere, as missões de paz são instrumentos por meio dos quais a ONU ajuda a preservar a paz que esteja ameaçada ou tenha sido restabelecida após um conflito.

Inserido nas missões de paz, a DH, através do UNMAS, desempenha um papel fundamental para a busca e destruição das minas, o apoio às vítimas e a sensibilização das pessoas nas áreas afetadas (NAÇÕES UNIDAS, 2013). Com isso, um dos respaldos do Brasil para executar trabalhos de ajuda e cooperação em DH está previsto na Resolução 53/26 da Assembleia Geral da ONU de dezembro de 1998, a qual exorta os Estados-Membros, organizações regionais, intergovernamentais, não governamentais e fundações para continuar a estender a assistência e a cooperação em ação contra minas aos países afetados (NAÇÕES UNIDAS, 1998).

Além desse respaldo, o governo brasileiro cunhou a expressão “responsabilidade ao proteger” durante o discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU em setembro de 2011, cuja essência se traduz em uma doutrina aplicável ao uso da força militar sob a égide da ONU.

O Brasil tem sustentado que as operações de manutenção da paz devem apoiar-se sobre quatro elementos: segurança, fortalecimento institucional, reconciliação nacional e desenvolvimento. O equilíbrio entre esses elementos é uma das prioridades brasileiras, tanto no debate conceitual que resulta na elaboração das diretrizes da ONU sobre o tema quanto na atuação das forças brasileiras nessas missões.

Destacam-se como tarefas operacionais numa missão de paz a condução de atividades de busca, patrulhamento, observação, supervisão, monitoração e relato de situações; a participação na desmobilização, desarmamento e reintegração (DDR) de facções litigantes; a cooperação para o atendimento de necessidades críticas da população; a contribuição para a assistência humanitária; a participação em operações de desminagem; o respaldo a ação diplomática pela presença; entre outras (BRASIL, 2007).

Ademais, a consolidação da paz refere-se às iniciativas voltadas para o tratamento dos efeitos do conflito, visando fortalecer o processo de reconciliação nacional por meio de projetos destinados a recompor as

estruturas institucionais, a recuperar a infraestrutura física e a ajudar na retomada da atividade econômica, as quais a DH pode permear todos esses campos de atuação. Além disso, a cooperação brasileira em missões de paz contribui para fortalecer a estreita vinculação entre a PND e a PEB, historicamente voltada para a causa da paz, da integração e do desenvolvimento.

Portanto, na concepção estratégica da diplomacia brasileira em assuntos de cooperação internacional de segurança e defesa, os esforços de DH não podem ser esquecidos, pois estão alinhados com a PND e com as tarefas operacionais numa missão de paz, além de contribuírem em grande parte na cooperação militar.

Nesse contexto, a participação brasileira em trabalhos de DH, contribuindo para a ação integral contra as minas, é respaldada pela comunidade internacional e pela sua importância para a segurança mundial, além de estar atrelada à maior responsabilidade do Brasil inerente a sua posição no concerto das nações e no seu anseio para maior liderança regional e mundial.

### 3.2.3 O Papel do Brasil

O Brasil adota medidas de “manutenção da paz” acompanhadas de medidas de “consolidação da paz”, de modo a evitar a retomada dos conflitos, recuperar a economia e garantir a governabilidade democrática do país anfitrião. A normalização da vida política, a inserção dos desmobilizados na sociedade civil, o reassentamento dos refugiados e de deslocados internos, a retomada da produção e a reconciliação nacional são metas que só serão alcançadas no contexto da geração de empregos, de recuperação da infraestrutura física, de adestramento das forças policiais e militares, de reaproveitamento das terras aráveis e de reorganização da estrutura do Estado (FONTOURA, 2005).

Em sintonia com essa preocupação de buscar consolidar a paz, o Brasil tem prestado ajuda ao país anfitrião por canais bilaterais e multilaterais. Entre outras áreas de colaboração, o Ministério de Relações Exteriores (MRE) tem prestado assistência nos setores de formação de quadros militares e policiais e nos trabalhos de remoção de minas (FONTOURA, 2005).

Recentemente, o País enviou oficiais das Forças Armadas (FA) a Moçambique e ao Saara Ocidental para garantir a qualidade dos trabalhos de desminagem. Além disso, vem participando com o envio de instrutores ao Centro de Formação em Desminagem Humanitária da África Ocidental (Centro de Desenvolvimento em Ações Pós-Conflito de Desminagem e de Limpeza de Área) em Benin para ministrar estágios de Inspetor de Asseguramento e Controle de Qualidade em proveito dos países lusófonos da África (CENTRE..., 2014).

No campo da preparação dos recursos humanos das FA, a principal iniciativa foi a transformação em 2010 do então Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpaz), unidade do Exército Brasileiro originalmente

implantada em 2005, em uma unidade conjunta dando origem ao Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), passando a reunir integrantes das três FA, das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros. Essa integração vem favorecendo acentuadamente a sinergia de esforços desses profissionais nas missões de paz multidimensionais, entre elas, a DH.

Todas essas ações das FA são, de um modo geral, de capacitação e de fiscalização dos trabalhos de DH, contribuindo para dar maior credibilidade à execução da desminagem, maior transparência e respaldo aos financiamentos internacionais, além de favorecer o adestramento e especialização do pessoal brasileiro.

Do ponto de vista da política externa, segundo Tibúrcio e Moraes (2011), há indícios de dissociação entre a política externa e a política de cooperação militar internacional do Estado brasileiro, com uma ausência de coordenação de ações entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Defesa (MD) no que tange ao potencial, às ações e à projeção internacional do país em relação à questão do banimento das minas terrestres. Aparentemente, o Itamaraty atribuiu pouca importância à participação brasileira no combate ao problema das minas terrestres antipessoal, enquanto as FA participaram da solução para o problema em vários países.

Atualmente, o MRE utiliza a Agência Brasileira de Cooperação (ABC)<sup>9</sup> para ampliar a cooperação técnica aos países em desenvolvimento, visando semear capacidade para o desenvolvimento autônomo e, ao mesmo tempo, contribuindo para o Brasil projetar-se e alcançar os objetivos nacionais no campo das relações externas (PUENTE, 2010).

Além dessas iniciativas, a inclusão das questões de DH na pauta da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e na ampliação da cooperação relativa à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) podem representar uma forma de estender as ações de desminagem apoiadas pelo Brasil aos países da África.

Apesar de todos esses aspectos abordados, não há um órgão específico que trata da DH no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Segundo Tibúrcio e Moraes (2011), a questão ainda não foi objeto de discussão no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano mesmo com a gravidade do problema na Colômbia.

Portanto, apesar de haver indícios de um possível descompasso entre o MRE e o MD para ampliar a capacidade brasileira em DH e participando de forma acanhada pelo seu potencial, o Brasil não está deixando de atuar. Considerando a gravidade do problema das minas no entorno estratégico e a responsabilidade do País, a DH pode ser um importante instrumento de cooperação para uma maior proatividade brasileira.

<sup>9</sup> Os projetos de prestação de cooperação técnica são financiados pela ABC e se dão a partir de demandas que a ABC recebe de Governos estrangeiros ou Organismos Internacionais, por meio das Embaixadas e Delegações do Brasil no exterior, das Embaixadas e Escritórios de Organismos Internacionais em Brasília ou de visitas ao Brasil de missões oficiais estrangeiras.

### 3.3 A Importância para a Defesa Brasileira

#### 3.3.1 O Incremento da Capacidade Militar

A Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), que constituem marcos legais que orientam a organização e a modernização do instrumento militar brasileiro, bem como seu preparo e emprego, de forma condizente com a estatura político-estratégica do Brasil, definem a postura estratégica adotada pelo País. Esses documentos apontam que o país deve realizar uma política ativa de diplomacia voltada para a paz e para o desenvolvimento, para a manutenção da relação de amizade e cooperação com os países vizinhos e com a comunidade internacional, baseada na confiança e no respeito mútuo (BRASIL, 2012a, 2012b, 2012c).

O Brasil necessita ter forças armadas com a dimensão de suas ambições internacionais. O País precisa ser capaz de exercer sua liderança, bem como precaver-se das ameaças que rondam o subcontinente sul-americano. Aponta para uma participação mais efetiva em missões de paz, inclusive posicionando-as como importante instrumento de projeção internacional e que é imperioso que o poder militar respalde os interesses internacionais brasileiros, os quais são gerenciados pela política externa (ALSINA JÚNIOR, 2009a).

Alguns autores afirmam que o incremento da capacidade militar do País poderia proporcionar maior latitude de atuação à política externa (ALSINA JÚNIOR, 2009a, 2009b), corroborada por Santos (2009) ao enfatizar que as FA podem ocupar papel de destaque no intercâmbio de experiências, de treinamento e exercícios conjuntos com outros países; na aproximação com os demais Estados sul-americanos, por meio de visitas de delegações; na construção de mecanismos de confiança mútua; e até na promoção de venda de equipamentos e materiais de defesa.

Nesse sentido, o Brasil deve ter a capacidade de participar ativamente dos esforços de DH e de ação contra as minas, que são tarefas operacionais das missões de paz (BRASIL, 2007).

Assim, contribuindo para a Defesa Nacional<sup>10</sup> alinhada com os Objetivos Nacionais de Defesa, a capacidade brasileira de realizar trabalhos de DH, principalmente em seu entorno estratégico, favorece a estabilidade regional e a manutenção da paz e da segurança internacionais, intensifica a projeção do Brasil no concerto das nações e a sua maior credibilidade e, conseqüentemente, maior inserção em processos decisórios internacionais (BRASIL, 2012a, 2012b, 2012c).

A própria END (BRASIL, 2012a) enfatiza em sua diretriz que o preparo das FA para desempenharem

<sup>10</sup> A Defesa Nacional é caracterizada na PND como “o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (BRASIL, 2012c).



responsabilidades crescentes em operações internacionais de apoio à PEB propicia o fortalecimento do sistema de segurança coletiva tornando-o benéfico à paz mundial e à defesa nacional.

O Manual de Doutrina Militar Terrestre (BRASIL, 2014) lista como novas capacidades<sup>11</sup> consideradas prioritárias para a Força Terrestre na Era do Conhecimento: a dissuasão terrestre compatível com o status do país, a projeção internacional em apoio à política exterior, a efetividade da doutrina militar, produtos de defesa vinculados às capacidades operacionais, entre outras.

Portanto, a maior atuação em DH favorece o incremento da capacidade militar brasileira. Isso fomentará o aprimoramento do pessoal e do material e causará reflexos na Doutrina, na Organização, no Adestramento, no Material, na Educação, no Pessoal e na Infraestrutura necessárias à prontidão operacional do País, além de causar reflexos em outras áreas, como pesquisa e inovação de produtos e de tecnologias de defesa nacionais.

### 3.3.2 A Relação entre a Desminagem Humanitária e a Desminagem em Combate

Dentro do contexto de um ambiente seguro ou de segurança localizada, a DH é a parte mais conhecida e, também, a mais cara das demais vertentes da efetiva ação contra as minas. Os trabalhos de DH são extremamente precisos e cautelosos, pois se exige a máxima segurança para poder mitigar o enorme risco de sua execução. A DH segue principalmente os Padrões Internacionais para a Ação contra as Minas (IMAS)<sup>12</sup> (THE GENEVA..., 2014).

Por outro lado, no contexto da guerra com minas<sup>13</sup>, a desminagem é uma operação de combate para detecção e destruição das minas para facilitar as operações militares, cujo objetivo principal é a abertura de passagem no obstáculo para as tropas. Nesse ambiente de insegurança, os trabalhos de desminagem, diferentemente da DH, deverão ser executados com maior rapidez. No Brasil, as tropas das FA especializadas a executarem a desminagem são os Fuzileiros Navais da Marinha e as tropas de Engenharia do Exército.

Então, quais as relações entre a DH e a

desminagem em combate? Para isso, temos que compreender o cenário atual onde se confundem as percepções de guerra e não guerra e crescem de importância os problemas relacionados com os combates não convencionais como o terrorismo e as guerras civis. Os conflitos atuais são abrangentes e utilizam diversos métodos e táticas.

Assim, o amplo espectro da desminagem visa proporcionar mobilidade às tropas, atuando desde a remoção de minas AP e AC, até a limpeza de áreas com ERW e IED acionados remotamente. Dessa forma, as tropas das FA especializadas em desminagem devem ser flexíveis e terem a capacidade para atuarem e neutralizarem os diversos métodos e táticas afins do adversário ou da ameaça.

A principal relação entre a DH e desminagem em combate são os métodos empregados que atendam os requisitos operacionais do combate, podendo, inclusive, empregar os mesmos equipamentos e materiais. Segundo o manual tático de minas e armadilhas do Exército, o método de limpeza de áreas minadas em ações humanitárias e/ou de operações de paz poderá ser utilizado por forças em combate, desde que os campos minados a serem limpos não estejam sob fogos inimigos e se possa trabalhar sem correr riscos desnecessários (BRASIL, 2000).

Segundo o GICHD (THE GENEVA..., 2014), a desminagem realizada na ação contra as minas pode ser realizada de três formas: o método manual, o sistema de detecção por animais e os sistemas mecânicos. O método manual utiliza largamente o detector de metais, que, apesar de suas limitações, continua a ser o meio mais comum de detecção. No sistema de detecção por animais, o cão é o mais empregado devido a sua capacidade comprovada de trabalhar e ser treinado pelo homem. Os ratos também podem ser empregados para detectar odores específicos associados com o explosivo ou outros componentes de minas e munições. Por fim, o sistema mecânico é muito variado. São máquinas equipadas com rolos, escarificadores ou outros implementos, acelerando a remoção das minas e armadilhas. Alguns podem ser veículos blindados adaptados, outros operados por controle remoto e ainda máquinas agrícolas ou de construção convertidos e blindados para a desminagem.

Novas tecnologias estão sendo pesquisadas com o uso do radar de penetração no solo e da detecção de vapor explosivo por sensores químicos e por insetos (experiências com moscas e insetos). Além de melhorias nos equipamentos de proteção, uso de ímãs e da introdução de veículos aéreos não tripulados (THE GENEVA..., 2014).

Além disso, as tecnologias de proteção e de busca, além dos equipamentos de detecção, poderão ser empregados no meio civil, necessários para as atividades geológicas, de detecção de materiais e de segurança, entre outras. Pesquisas nesse setor são importantes para o desenvolvimento de tecnologias e de produtos necessários para o fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) no Brasil, como o uso da automação para

<sup>11</sup> Capacidade é a aptidão requerida a uma força ou organização militar, para que possa cumprir determinada missão ou tarefa. É obtida a partir de um conjunto de sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura – que formam o acrônimo DOAMEPI. Para que as unidades atinjam o nível máximo de prontidão operativa, é necessário que possuam as capacidades que lhes são requeridas na sua plenitude (BRASIL, 2013, p. 3-3).

<sup>12</sup> As atuais doutrinas de DH preparadas pelo Centro Internacional de Desminagem Humanitária de Genebra (GICHD) para o Serviço de Ação de Minas das Nações Unidas (UNMAS) são publicadas como Padrões Internacionais para a Ação contra as Minas (IMAS).

<sup>13</sup> Segundo o Manual de Campanha 5-1 do Exército Brasileiro, o lançamento e a transposição de campos minados constituem a guerra com minas. Abrange não só o emprego de minas contra o inimigo, como também de contramedidas, a serem tomadas face à utilização de minas por ele. Compreende todas as formas e todos os processos de utilização de minas (BRASIL, 1999).

umentar a confiabilidade dos trabalhos de desminagem (DEBENEST, 2005) e do robô de desminagem (FREITAS; OLIVEIRA, 2012).

Portanto, há uma simbiose entre a DH e a desminagem em combate em diversos aspectos, principalmente nos métodos e nos produtos e equipamentos, podendo caracterizar o seu emprego “dual”. Incentivos nessa área podem favorecer o desenvolvimento de capacidades para a defesa e para a segurança nacional e internacional, causando reflexos positivos nas tecnologias de domínio nacional e na BID.

## 4 CONCLUSÃO

Essa pesquisa trouxe à tona diversas questões que envolvem a participação brasileira em DH. As conclusões não têm a intenção de esgotar as percepções e os desafios acerca do tema, no entanto, oferecem uma noção ampla e genérica da importância da DH como instrumento político de cooperação.

O problema mundial das minas terrestres é evidente, inclusive em vários países que compõem o entorno estratégico brasileiro, afetando a segurança humana e o seu desenvolvimento.

Dessa forma, o Brasil está atuando na DH com a participação em alguns programas de desminagem, reafirmando a tradição brasileira e o compromisso do Brasil com a segurança mundial, cumprindo o que prescreve o Art 4º da CF/88. A maior participação em DH é importante para fortalecer o smart power do Brasil. Assim, o aumento das relações multilaterais e das práticas de cooperação, contribuirá para minimizar as graves implicações humanitárias, além de demonstrar a capacidade brasileira de ajuda e de apoio nos esforços para a segurança internacional, aumentando a legitimidade do País aos princípios da paz mundial.

Além disso, a maior participação em DH favorecerá o incremento da capacidade militar, causando reflexos em diversas áreas ligadas à PND. Além de favorecer as questões de segurança que envolvem a estabilidade regional e a segurança coletiva, proporciona um melhor adestramento das tropas pelo aprimoramento técnico-militar, pelo aperfeiçoamento intelectual e tecnológico e pelo intercâmbio entre militares de outras forças nacionais. Isso contribui para o aprimoramento da Doutrina, da Organização, do Adestramento, do Material, da Educação, do Pessoal e da Infraestrutura no âmbito da Defesa, além da integração de estruturas singulares para ações conjuntas, favorecendo a sinergia de esforços e a melhora da eficiência operacional.

O desafio à maior participação em DH está em avaliar a maturidade brasileira perante o assunto e o grau de compromisso desejável para o Brasil. O intuito de assumir uma postura mais condizente ao status que o País quer possuir no cenário internacional, além de ser um membro da ONU com importante peso político e econômico regional, faz com que o País deva assumir

responsabilidades crescentes em relação à garantia da paz (responsabilidade ao proteger), principalmente no continente americano.

Apesar de haver indícios que a questão das minas ainda não foi objeto de discussão no âmbito do CDS mesmo com a gravidade do problema na Colômbia, a inclusão do tema na pauta da CPLP e na ampliação da cooperação relativa à ZOPACAS podem representar uma forma de estender as ações de desminagem apoiadas pelo Brasil aos países da África.

Outros desafios para ampliar o desenvolvimento da capacidade de DH no Brasil são as necessidades de investimentos de origem público-privada. A END é estruturada no incentivo ao desenvolvimento de tecnologias de domínio nacional e da Indústria Nacional de Defesa para o atendimento das necessidades de equipamentos das FA. Para isso, deve-se ampliar os investimentos principalmente em programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nas diversas áreas tecnológicas para ampliar os métodos e melhorar a eficiência dos equipamentos e materiais de desminagem, além de proporcionar um maior envolvimento de centros de pesquisa civis e militares sobre o assunto.

O emprego “dual” dos produtos de defesa utilizados na DH estimula o desenvolvimento e a pesquisa tecnológica para diversos fins. A BID poderá ser ampliada em mais essa vertente, favorecendo as FA e o desenvolvimento nacional, além de projetar uma política de grande visibilidade internacional.

Dessa forma, a DH é um instrumento político de cooperação que está consoante com a PEB e com a PND, além de contribuir para a manutenção da estabilidade regional e favorecer os avanços para a integração da América do Sul e de seu entorno estratégico. Essa cooperação internacional pode não apenas ter o cunho político ou cultural, e sim, pode ser moldada a fim de incentivar trocas comerciais e investimentos.

Portanto, a DH tem grande importância política-estratégica ao Brasil e pode ser um elemento chave no apoio aos processos de integração que se desenvolvem no continente americano e no seu entorno ao promover o diálogo, a confiança e a cooperação militar para defesa mútua.

Assim, este trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto e sim estimular o debate devido ao grande número de fatores que envolvem o tema. Sugere-se, por fim, novos estudos e pesquisas sobre o assunto e a busca de uma política nacional baseada em uma estratégia interagência com parcerias criativas e eficazes entre órgãos do governo, organizações privadas e não governamentais de forma a favorecer a cooperação da efetiva ação contra as minas nas áreas estratégicas de interesse do Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ALSINA JÚNIOR, J. P. S. O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 52, n. 2, p. 173-191. 2009a.
- \_\_\_\_\_. **Política externa e poder militar: universos paralelos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009b.
- BRANCALIONE, R. M. **Participação Brasileira nas Operações de Desminagem Humanitária: ensinamentos para a Força Terrestre**. 2008. 148 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- \_\_\_\_\_. Exército. **Doutrina Militar Terrestre**. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2014.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Manual de Campanha C5-I: emprego da Engenharia**. 3. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 1999.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Manual de Campanha C5-37: minas e armadilhas**. 2. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2000.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Manual de Operações de Paz**. 2. ed. Brasília, DF, 2007.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em: 22 set 2013.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/lbdndigital/#/0>>. Acesso em: 22 set 2013.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012c. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>>. Acesso em: 22 set 2013.
- \_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Statement by Brazil: Discussion on mine clearance cooperation and assistance (Mine ban treaty). In: CONVENTION ON THE PROHIBITION OF THE USE, STOCKPILING, PRODUCTION AND TRANSFER OF ANTI-PERSONNEL MINES AND ON THEIR DESTRUCTION. Genova, 2002. **Anais...** Genova: Anti-Personnel Mine Ban Convention, 2002. Disponível em: <[http://www.apminebanconvention.org/fileadmin/APMBC/IWP/SC\\_may02/speeches\\_mc/Brazil\\_assistance\\_cooperation\\_D.pdf](http://www.apminebanconvention.org/fileadmin/APMBC/IWP/SC_may02/speeches_mc/Brazil_assistance_cooperation_D.pdf)> Acesso em: 10 mar. 2013.
- CENTER FOR STRATEGIC & INTERNACIONAL STUDIES. **CSIS Commission on Smart Power: a smarter, more secure America**. Washington, D.C.: CSIS, 2007.
- CENTRE DE PERFECTIONNEMENT AUX ACTIONS POST CONFLICTUELLES DE DÉMINAGE ET DE DÉPOLLUTION. **Présentation**. [S. l.]: CPADD, 2014. Disponível em: <<http://www.cpadd.org/spip.php?rubrique4>>. Acesso em: 26 fev. 2014.
- DEBENEST, P. A New Approach to Humanitarian Demining. **Autonomous Robots**, [S. l.], v. 18, p. 303-321. 2005.
- FONTOURA, P. R. C. T. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília, DF: FUNAG, 2005.
- FREITAS, J. E.; OLIVEIRA, L. G. Prospecção no setor de defesa no Brasil: o caso do Exército Brasileiro. **Future Studies Research Journal: trends and strategies**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 72, 2012.
- THE GENEVA INTERNATIONAL CENTRE FOR HUMANITARIAN DEMINING. **A Guide to Mine Action**. 5th ed. Geneva: GICHD, 2014.
- INTERNATIONAL CAMPAIGN TO BAN LANDMINES. **Landmine Monitor Report 2004: toward a mine-free world (special five-year review)**. Brazil: Report. [S. l.]: ICBL 2004. Disponível em: <<http://www.the-monitor.org/index.php/publications/display?url=lm/2004/brazil.html>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Landmine & Cluster Munition Monitor**. Brazil: Mine Ban Policy. [S. l.]: International Campaign to ban landmines, 2011. Disponível em: <[http://www.the-monitor.org/index.php/cp/display/region\\_profiles/theme/1646](http://www.the-monitor.org/index.php/cp/display/region_profiles/theme/1646)>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Landmine Monitor 2012**. [S. l.]: ICBL, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Landmine Monitor 2013**. [S. l.]: ICBL, 2013.
- INTERNATIONAL MINE ACTION STANDARDS. **Guide for the application of International Mine Action Standards**. [S. l.]: UNMAS, 2003.
- MEYER, P. J. **Brazil-US Relations**. [S. l.]: Congressional Research Service, 2012. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33456.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2013.
- NAÇÕES UNIDAS. **The Strategy of The United Nations on Mine Action 2013-2018**. [S. l.]: United Nations Inter-Agency Coordination Group on Mine Action, 2012. Disponível em: <[http://www.mineaction.org/sites/default/files/publications/mine\\_action\\_strategy\\_mar15.pdf](http://www.mineaction.org/sites/default/files/publications/mine_action_strategy_mar15.pdf)> Acesso em: 01 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Demining. [S.l.]: Nações Unidas, [20--]. Disponível em: <<http://www.un.org/en/globalissues/demining/index.shtml>>. Acesso em: 10 mar. 2013. NYE JUNIOR, J. Get Smart: combining hard and smart power. **Foreign Affairs**, Tampa, jul./ago. 2009. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/65163/joseph-s-nye-jr/get-smart#>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

PUENTE, C. A. I. **A cooperação técnica horizontal como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005**. Brasília: FUNAG, 2010.

SANTOS, Denise Zaiden. **Diplomacia e forças armadas: percepções de ameaças no entorno andino-amazônico**. 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SEINTENFUS, R. A. S. A Guerra como instrumento da política. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL IBCCRIM. 9., 2003, São Paulo. 2003. **Anais...**, São Paulo: IBCCRIM, 2003. Disponível em: <<http://www.seitenfus.com.br/arquivos/guerra-instrumentopolitica.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

TIBÚRCIO, J. A. P.; MORAES, R. F. A Questão do banimento internacional das minas terrestres: novos atores na segurança internacional e os casos das Américas Central e do Sul. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 485-520, jul./dez. 2011. VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WALSH, N. E.; WALSH, W. S. Rehabilitation of landmine victims: the ultimate challenge. **Bulletin of the World Health Organization**, [S.l.], v. 81, n. 9, 2003. Disponível em: <<http://www.who.int/bulletin/volumes/81/9/Walsh.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2013

**Recebido em 13 de outubro de 2014**  
**Aprovado em 10 de fevereiro de 2015**